



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2017

RELATÓRIO INTEGRAL



CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rio de Janeiro, março de 2018

CEFET/RJ COMPOSIÇÃO EM 2017

DIREÇÃO

Diretor Geral
Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Diretor
Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Extensão
Maria Alice Caggiano de Lima

Diretor de Administração e Planejamento
Inessa Laura Salomão

Diretor de Gestão Estratégica
Úrsula Gomes Rosa Maruyama

Diretor do *Campus* Nova Iguaçu
Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Diretor do *Campus* Maria da Graça
Luiz Claudio Rodrigues

Diretor do *Campus* Nova Friburgo
Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretor do *Campus* Petrópolis
Frederico Ferreira de Oliveira

Diretor do *Campus* Itaguaí
Luiz Diniz Corrêa

Diretor do *Campus* Angra dos Reis
Tiago Siman Machado

Diretor do *Campus* Valença
Fabiano Alves de Oliveira

Equipe de Apoio

Danila Tavares Amato (Técnica Educacional)
Julliany Brandão (Chefe do DTINF)
Marcio Ferreira (DTINF)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO Portaria nº 1342 de 17/11/2016

Corpo Docente
Alexandra Maria de A. Rocha
Aline da Rocha Gesualdi
Carla Cristina Almeida Loures
Eduardo Bezerra da Silva
Fabrício Maione Tenório
Fernando Ribeiro da Silva
Giuliano Magno de Oliveira Condé
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Rosana Dischinger Miranda
Silvana Bezerra da Silva
Waltencir dos Santos Andrade

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Bruno Dutra Freire
Daphne Holzer Velihovetchi
Gláucia de Martins Couto Faria
Kelly Barreto Videira Chaves
Maria Esther Provenzano (Presidente)
Priscila Macedo Mengali

Corpo Discente
Daniel Nascimento L. Andrade
Larissa da Silva Pinto
Osvaldo Luiz de Moura Filho
Taiana Cardoso Ferreira
Thalita Oliveira dos Santos
Thyago Leite da Silva
Wagner de Carvalho Aquino

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (EGN)

"Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação."

(Luckesi, Cipriano Carlos, 2011.)

Apresentação

O relatório de autoavaliação tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Assim, este relatório objetiva comunicar à Comunidade Universitária, à Comunidade Externa e aos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação superior no Brasil, os resultados da avaliação realizada pela CPA do CEFET/RJ, com base nos Relatórios Parciais de 2015 e 2016 e nas ações desenvolvidas com relação ao ano de 2017. O processo avaliativo passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. Trata-se de uma tarefa complexa, que considera a trajetória da Instituição, suas características específicas e seu relevante papel social. Tal processo fornece uma visão do desempenho da Instituição no cumprimento de suas funções enquanto Instituição Pública na oferta da Educação Superior.

Este relatório contém cinco capítulos, além dos capítulos “Bibliografia” e “Anexos”, dispostos no final. As informações básicas da Instituição são fornecidas no capítulo inicial, onde também são apresentadas as questões referentes à constituição e a trajetória da CPA, assim como o planejamento estratégico de autoavaliação desenvolvido. No capítulo seguinte, “Metodologia” são apresentados os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados. No próximo capítulo, “Desenvolvimento”, são apresentadas as informações pertinentes ao eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, ao eixo 4, Políticas de Gestão, e ao eixo 5, Infraestrutura Física, indicados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior, assim como as análises realizadas pela comissão referentes as dimensões envolvidas. O quarto capítulo se refere a análise dos dados e ações com base nessa análise, apresentadas no final de cada dimensão. Por fim, no capítulo seguinte, são apresentadas as “Considerações Finais”.

Os eixos 1 e 5 foram analisados detalhadamente no Relatório Parcial de 2015. O eixo 2, 3 e 4 foram analisados detalhadamente no Relatório Parcial de 2016. Assim, o presente relatório e os dois anteriores se complementam, fornecendo assim uma visão global do CEFET/RJ. Dessa forma, a instituição é avaliada em 10 dimensões, distribuídas em cinco eixos, conforme indicado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09/10/2014.

Cientes de que o processo avaliativo contribui de forma significativa para a melhoria da Educação, disponibilizamos este relatório e chamamos a atenção para que os resultados obtidos recebam a merecida atenção dos administradores em todos os níveis, iluminando as tomadas de decisões.

Comissão Própria de Avaliação -CPA

1	Introdução.....	05
1.1	Dados da Instituição	05
1.2	Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	05
1.3	Histórico do CEFET/RJ	06
1.3.1	Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo	09
1.4	O Processo de Autoavaliação	18
1.4.1	Planejamento	20
2	Metodologia.....	22
2.1	Metodologia e Instrumentos	22
2.2	População	24
2.2.1	População: Corpo Discente	25
2.2.2	População: Corpo Docente	25
2.2.3	População: Corpo Técnico-Administrativo	26
3	Desenvolvimento.....	28
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	28
3.1.1	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	28
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	30
3.2.1	Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	30
3.2.2	Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição	31
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	33
3.3.1	Dimensão 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão	33
3.3.2	Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade	40
3.3.3	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes	41
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	42
3.4.1	Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo	42
3.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	44
3.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	45
3.5	Eixo 5: Infraestrutura Física	46
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	46
4	Análise dos Dados e Ações	48
4.1	Análise dos Dados e das Informações	48
4.2	Ações com Base na Análise	48
5	Considerações Finais.....	49
6	Bibliografia Consultada.....	50

1.1 – Dados da Instituição

Nome da IES: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

Código da IES: 0593

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Rio de Janeiro

Município das Unidades do Sistema CEFET/RJ: Rio de Janeiro (Unidade Sede - Maracanã e *campus* Maria da Graça); Nova Iguaçu (*campus* Nova Iguaçu); Nova Friburgo (*campus* Nova Friburgo), Petrópolis (*campus* Petrópolis), Itaguaí (*campus* Itaguaí), Angra dos Reis (*campus* Angra) e Valença (*campus* Valença).

Relatório: Integral, com base nos Relatórios Parciais de 2015 e 2016 e nas ações desenvolvidas com relação ao ano de 2017.

1.2 – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, foi constituída pela Portaria nº 339 de 30 de julho de 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e o memorando interno nº 047/2004-DIREC, de 13 de julho de 2004. As duas últimas composições da comissão foram designadas pelas Portarias nº 350, de 25 de abril de 2012, e nº 1342, de 17 de novembro de 2016. Há membros comuns às duas comissões. A composição designada pela Portaria nº 350 compreendia membros de cinco Unidades ou *campi*, todas com seu primeiro curso superior com implantação até 2012. Havia um total de 20 membros efetivos: 9 docentes, 5 técnico-administrativos, 5 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1.1 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 350 de 25/04/2012

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Aline da Rocha Gesualdi Mello	docente	Maracanã
-Eduardo Bezerra da Silva	docente	Maracanã
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Francisco Carlos Nipo da Silva	docente	Itaguaí
-Marcos Corrêa da Silva	docente	Petrópolis
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Waltencir dos Santos Andrade	docente	Nova Iguaçu
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida	técnico-administrativo	Itaguaí
-Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante	técnico-administrativo	Petrópolis
-Maria Esther Provenzano (Presidente)	técnico-administrativo	Maracanã
-Priscila Macedo Mengali	técnico-administrativo	Nova Friburgo
-Afonso Ricardo Vaz	discente	Petrópolis
-Diogo Castelo Branco	discente	Maracanã
-Mariana da Costa Folena	discente	Itaguaí
-Rafael Reis de Assis	discente	Nova Iguaçu
-Wagner de Carvalho Aquino	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Presidente da ABENGE

A composição atual, designada pela Portaria nº 1342 de 17 de novembro de 2016, compreende membros de sete Unidades ou *campi*, todas com curso superior. Desta vez, foram incluídos membros dos *campi* de Angra dos Reis, com seu primeiro curso superior em 2013.2, de engenharia mecânica, e de Valença, com seu primeiro curso superior em 2014.1, de engenharia de alimentos. Há um total de 26 membros efetivos: 11 docentes, 7 técnico-administrativos, 7 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.2, a seguir.

Tabela 1.2 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 1342 de 17/11/2016

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Alexandra Maria de A. Rocha	docente	Petrópolis
-Aline da Rocha Gesualdi Mello	docente	Maracanã
-Carla Cristina Almeida Loures	docente	Angra
-Eduardo Bezerra da Silva	docente	Maracanã
-Fabrício Maione Tenório	docente	Itaguaí
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Giuliano Magno de Oliveira Condé	docente	Valença
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Waltencir dos Santos Andrade	docente	Nova Iguaçu
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Bruno Dutra Freire	técnico-administrativo	Valença
-Daphne Holzer Velihovetchi	técnica-administrativa	Petrópolis
-Gláucia de Martins Couto Faria	técnica-administrativa	Angra
-Kelly Barreto Videira Chaves	técnica-administrativa	Itaguaí
-Maria Esther Provenzano (Presidente)	técnica-administrativa	Maracanã
-Priscila Macedo Mengali	técnica-administrativa	Nova Friburgo
-Daniel Nascimento L. Andrade	discente	Itaguaí
-Larissa da Silva Pinto	discente	Valença
-Osvaldo Luiz de Moura Filho	discente	Angra
-Taiana Cardoso Ferreira	discente	Petrópolis
-Thalita Oliveira dos Santos	discente	Maracanã
-Thyago Leite da Silva	discente	Nova Iguaçu
-Wagner de Carvalho Aquino	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	EGN

1.3 – Histórico do CEFET/RJ

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, teve sua origem, em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Em 1942, a escola foi transformada em Escola Técnica Nacional – ETN, tendo como primeiro diretor o professor Celso Suckow da Fonseca. Em homenagem póstuma, por determinação do MEC, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei 6.545, aconteceu a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Toda essa trajetória retrata a evolução do Ensino Industrial Profissional do País, dedicado, cada vez mais, a atuar em resposta às crescentes exigências do

setor produtivo. Assim, desde essa data o CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de Educação Superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

No segundo semestre de 2017, a Instituição possuía mais de 12 mil alunos regulares distribuídos entre seus cursos de educação profissional técnica de nível médio, ensino de graduação e pós-graduação, conforme indicado no Relatório de Gestão do Exercício de 2017. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta às demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral.

Ao aderir ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Unidade Sede situada no Maracanã, com quase um século de existência, passou a contar com diversas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) e um Núcleo Avançado, ou seja, com diversos *campi*. A primeira UnED a ser inaugurada foi a de Nova Iguaçu, em agosto de 2003, em seguida a de Maria da Graça, em junho de 2006. Dois anos e três meses depois, foi inaugurada a UnED de Petrópolis, em setembro de 2008, em seguida, em dezembro do mesmo ano, a UnED de Nova Friburgo. Em 2010, foram inaugurados a UnED de Itaguaí e o Núcleo Avançado de Valença. Apesar da UnED de Itaguaí ter sido simbolicamente inaugurada em 2010, o início do seu primeiro curso já havia ocorrido em setembro de 2008.

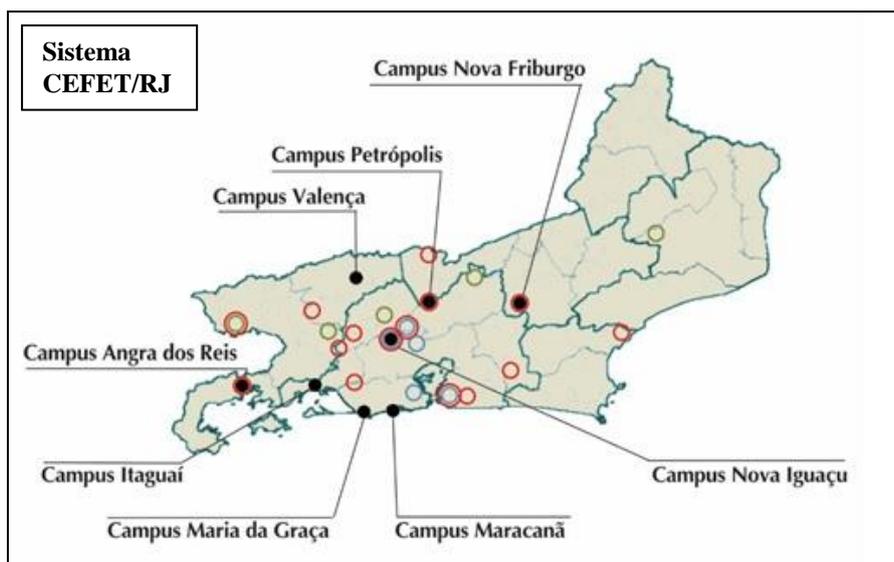
A apresentação da UnED de Itaguaí e do Núcleo Avançado de Valença à sociedade como Unidades federais de educação aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada na capital da República, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, simultaneamente, 78 Unidades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A vinculação do Núcleo Avançado de Valença ao CEFET/RJ advém da federalização do Instituto Técnico e Profissionalizante do Vale do Rio Preto – ITERP, no município de Valença. O ITERP foi construído e equipado com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por força de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

A inauguração de mais uma UnED, desta vez em Angra dos Reis, se deu em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, em novembro de 2010. Nessa ocasião, o Presidente da República inaugurou, ao lado do ministro da Educação, 30 escolas federais de educação profissional e 25 *campi* de 15 universidades federais. As figuras a seguir apresentam o Sistema CEFET/RJ, com seus oito *campi*. O mapa apresentado ilustra também polos utilizados no ensino a distância.

Conforme apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a implementação do sistema *multicampi*, no período 2005-2009, implicou em ações de organização administrativa orientadas pelo estatuto

aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Além disso, permitiu o permanente diálogo do CEFET/RJ com o MEC, com representantes dos governos estadual e municipal e com empresas públicas e privadas, visando à concretização de *campi* orientados pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais, a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente.



Fonte: PDI 2015-1019.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CEFET-MG e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ, como consta no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, continua a reconhecer-se como Instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnico-administrativos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

A instituição tem como Missão: **Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.**

O crescimento institucional atingido justifica o reconhecimento externo do Centro como Universidade, com ciência da importância da manutenção dos cursos técnicos de nível médio. Assim, a Visão definida no PDI 2015-2019 da instituição é justamente “Tornar-se Universidade de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro”.

A função social do CEFET/RJ é promover o ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais, estendendo benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

A seguir, será dada uma visão geral da Instituição, apresentando o corpo discente do Ensino Superior, corpo docente e corpo técnico-administrativo, para que suas especificidades sejam compreendidas e que se conheça um pouco dessa comunidade acadêmica.

1.3.1 – Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo

As Tabelas 1.2 a 1.7 apresentam, respectivamente, a distribuição dos alunos do Ensino Superior por cursos e programas em 2015.1, 2015.2, 2016.1, 2016.2, 2017.1 e 2017.2

Tabela 1.2 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2015.1

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2015.2									
Cursos e Programas			Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	324	---	96	107	---	---	---
		Bacharelado	2540	697	81	78	517	132	95
		Licenciatura	---	---	94	93	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	721	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	139	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			3724	697	271	278	517	132	95
Total Geral Graduação			5714						
Pós-Graduação	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		264	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	14	---	8	---	---	10	30
		Educação a distância (UAB)	235	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			513	---	8	---	---	10	30
Total Geral da Pós-Graduação			561						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			4252	697	279	278	517	142	125
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			6275						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2015. DIGES, DIREN e DIPPG, fev/2016.

Tabela 1.3 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2015.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2015.2									
Cursos e Programas			Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	345	---	77	128	---	---	---
		Bacharelado	2680	721	125	142	501	149	141
		Licenciatura	---	---	110	86	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	883	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	285	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			4193	721	312	356	501	149	141
Total Geral Graduação			6373						
Pós-Graduação	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		264	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	14	---	8	---	---	10	30
		Educação a distância (UAB)	235	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			513	---	8	---	---	10	30
Total Geral da Pós-Graduação			561						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			4721	721	320	356	501	159	171
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			6934						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2015. DIGES, DIREN e DIPPG, fev/2016.

Tabela 1.4 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2016.1

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2016.1									
Cursos e Programas			Campus Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	327	---	71	151	---	---	---
		Bacharelado	2676	664	180	201	433	234	211
		Licenciatura	---	---	137	106	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1440	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	508	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			4951	664	388	458	433	234	211
Total Geral Graduação			7339						
Pós-Graduação ¹	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		410	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	56	---	4	27	---	9	30
		Educação a distância (UAB)	180	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			646	---	4	27	---	9	30
Total Geral da Pós-Graduação			716						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			5597	664	392	485	433	243	241
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			8055						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, DIREN e DIPPG, jan/2017.

¹Considerando que no caso da Pós-Graduação, o período não é semestral, repetiu-se nos dois semestres o número apresentado no Relatório de Gestão para o ano de 2016.

Tabela 1.5 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2016.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2016.2									
Cursos e Programas			Campus Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	281	---	71	173	---	---	---
		Bacharelado	2700	735	243	257	472	286	194
		Licenciatura	---	---	164	125	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1459	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	675	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			5115	735	478	555	472	286	194
Total Geral Graduação			7835						
Pós-Graduação ¹	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		410	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	56	---	4	27	---	9	30
		Educação a distância (UAB)	180	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			646	---	4	27	---	9	30
Total Geral da Pós-Graduação			716						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			5761	735	482	582	472	295	224
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			8551						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, DIREN e DIPPG, jan/2017.

¹Considerando que no caso da Pós-Graduação, o período não é semestral, repetiu-se nos dois semestres o número apresentado no Relatório de Gestão para o ano de 2016.

Tabela 1.6 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2017.1

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2017.1									
Cursos e Programas			Campus Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	233	---	50	165	---	---	---
		Bacharelado	2811	663	234	280	415	286	252
		Licenciatura	---	---	151	114	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1050	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	557	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			4651	663	435	559	415	286	252
Total Geral Graduação			7066						
Pós-Graduação ¹	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		450	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	58	7	2	27	---	30	42
		Educação a distância (UAB)	---	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			508	7	2	27	---	30	42
Total Geral da Pós-Graduação			616						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			5159	670	437	586	415	316	294
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			7877						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2017. DIGES, DIREN e DIPPG, fev/2018.

¹Considerando que no caso da Pós-Graduação, o período não é semestral, repetiu-se nos dois semestres o número apresentado no Relatório de Gestão para o ano de 2017.

Tabela 1.7 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2017.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2017.2									
Cursos e Programas			Campus Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	149	---	41	158	---	---	---
		Bacharelado	2793	741	260	330	482	360	285
		Licenciatura	---	---	165	103	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1060	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	617	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			4619	741	466	591	482	360	285
Total Geral Graduação			7271						
Pós-Graduação ¹	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		450	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	58	7	2	27	---	30	42
		Educação a distância (UAB)	---	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			508	7	2	27	---	30	42
Total Geral da Pós-Graduação			616						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			5127	748	468	618	482	390	327
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			8160						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2017. DIGES, DIREN e DIPPG, fev/2018.

¹Considerando que no caso da Pós-Graduação, o período não é semestral, repetiu-se nos dois semestres o número apresentado no Relatório de Gestão para o ano de 2017.

Com relação ao corpo docente, segundo o Departamento de Recursos Humanos - DRH, no final de 2015, o CEFET/RJ contava com um total de 857 docentes atuando no ensino técnico e/ou superior, e no final de 2016, um total de 890 docentes, conforme a Tabela 1.8. No final de 2017, os dados mostram que houve uma redução do quadro de docentes. Essa redução se deve sobretudo em virtude das aposentadorias. Considerando que em 2013 haviam 618 docentes, segundo informações do DRH, pode-se observar que houve um aumento de 272 docentes de 2013 para 2016, resultado da abertura de diversos concursos com a participação direta desse segmento.

Tabela 1.8 – Distribuição do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

CAMPUS	QUANTITATIVO - 2015	QUANTITATIVO - 2016	QUANTITATIVO - 2017
Maracanã	461	460	439
Nova Iguaçu	99	105	100
Maria da Graça	42	44	45
Petrópolis	65	65	65
Nova Friburgo	52	55	56
Itaguaí	61	66	65
Valença	46	46	45
Angra	31	49	49
TOTAL	857	890	864

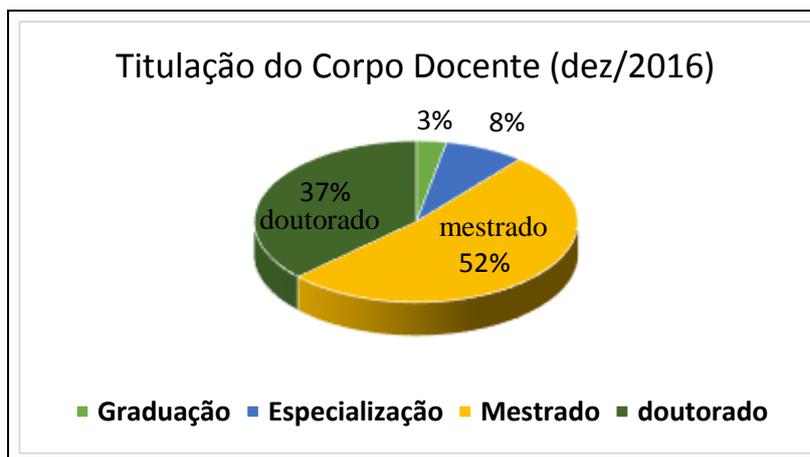
Fonte: DRH, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.

O corpo docente do CEFET/RJ em 2015 era composto de 33% de doutores, 53% de mestres, 10% de especialistas e 4% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 86% do corpo docente, conforme apresentado na Tabela 1.9. No final de 2016, houve aumento do número de doutores, passando para 35%, e diminuição do número de graduados e especialistas, passando para 3% e 9%, respectivamente, enquanto o número de mestres se manteve constante, em 53%. No final de 2017, a tendência foi semelhante, ou seja, observa-se que ocorreu diminuição do número bruto de graduados e especialistas, e aumento do número de doutores, sendo que ocorreu também diminuição do número de mestres. Assim, a titulação em nível de mestrado ou doutorado, em 2017, subiu para 89% do corpo docente, como pode-se perceber no gráfico a seguir. Cabe ressaltar que de 2013 para 2014, a tendência foi a mesma, ou seja, ocorreu diminuição do número de graduados e especialistas e aumento do número de doutores, enquanto o número de mestres se manteve constante, como mostra o Relatório de Autoavaliação Institucional 2015.

Tabela 1.9 – Distribuição da Titulação do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO		QUANTITATIVO		QUANTITATIVO	
	2015	%	2016	%	2017	%
Graduação	38	4%	31	3%	26	3%
Especialização	82	10%	78	9%	66	8%
Mestrado	458	53%	472	53%	453	52%
Doutorado	279	33%	309	35%	319	37%
Pós-doutorado	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	857	100%	890	100%	864	100%

Fonte: DRH, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.



Com relação ao corpo técnico-administrativo, segundo o DRH, no final de 2015, o CEFET/RJ contava com um total de 612 técnico-administrativos, no final de 2016, com 624 e no final de 2017, um total de 639, conforme ilustrado na Tabela 1.10. Considerando que em 2013 haviam 413 técnico-administrativos, segundo informações do DRH, pode-se observar que houve um aumento de 226 técnico-administrativos de 2013 para 2017, resultado da abertura de diversos concursos com a participação direta desse segmento.

Tabela 1.10 – Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do Sistema CEFET/RJ

CAMPUS	QUANTITATIVO - 2015	QUANTITATIVO - 2016	QUANTITATIVO - 2017
Maracanã	394	407	406
Nova Iguaçu	43	42	46
Maria da Graça	39	39	38
Petrópolis	29	28	30
Nova Friburgo	27	26	30
Itaguaí	30	30	34
Valença	25	26	28
Angra	25	26	27
TOTAL	612	624	639

Fonte: DRH, dez/2015, dez/2016 e dez/2017.

As Tabelas 1.11, 1.12 e 1.13 apresentam, respectivamente, a distribuição do corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ em 2015.2, 2016.2 e 2017.2, por cargo.

Tabela 1.11 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2015.2

Nível de Classificação	Cargo	Campus Sede Maracanã	Campus M ^a da Graça	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	5	0	6	2	1	1	0	1
C	Assistente de Laboratório	1	0	0	0	0	0	0	0

C	Auxiliar em Administração	59	6	4	1	3	1	1	0
C	Contínuo	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	4	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	7	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		80	7	10	3	4	3	1	1
D	Assistente em Administração	136	13	15	8	8	9	7	7
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	19	1	1	0	0	0	1	2
D	Técnico de Tecnologia da Informação	11	1	2	2	2	3	2	3
D	Técnico em Artes Gráficas	0	1	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	5	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	2	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Vigilante	3	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL		183	18	20	11	11	14	10	13
E	Administrador	10	5	3	5	4	4	6	5
E	Analista de Tecnologia da Informação	8	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	9	1	1	1	1	1	1	1
E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	1
E	Auditor	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	10	2	2	2	2	2	2	1
E	Contador	10	0	0	1	0	0	0	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Médico/Área	5	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	4	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	9	1	2	2	2	1	2	2
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	1	0	0	0	0
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	29	2	2	2	2	4	2	1
E	Tecnólogo/Formação	4	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		130	14	13	15	12	13	14	11
TOTAL POR CAMPUS		394	39	43	29	27	30	25	25
TOTAL GERAL: 612									

Fonte: DRH, dez/2015.

Tabela 1.12 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2016.2

Nível de Classificação	Cargo	Campus Sede Maracanã	Campus M ^o da Graça	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	7	1	5	2	1	1	0	1
C	Assistente de Laboratório	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Auxiliar em Administração	65	6	2	1	2	1	1	0
C	Contínuo	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	4	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	5	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		86	8	7	3	3	3	1	1
D	Assistente em Administração	135	13	15	8	8	9	7	7
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	23	1	1	0	0	0	1	2
D	Técnico de Tecnologia da Informação	11	1	2	2	2	3	2	3
D	Técnico em Artes Gráficas	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Audiovisual	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	6	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	2	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Segurança do Trabalho	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Vigilante	3	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL		191	17	21	11	11	14	10	13
E	Administrador	11	5	3	5	5	4	7	5
E	Analista de Tecnologia da Informação	9	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	8	1	1	1	1	1	1	1
E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	1
E	Auditor	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	10	2	2	1	1	2	2	2
E	Contador	9	0	0	1	0	0	0	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Médico/Área	5	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	4	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	9	1	2	2	2	1	2	2

E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	1	0	0	0	0
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	27	2	3	2	2	4	2	1
E	Tecnólogo/Formação	4	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		129	14	14	14	12	13	15	12
TOTAL POR CAMPUS		407	39	42	28	26	30	26	26
TOTAL GERAL: 624									

Fonte: DRH, dez/2016.

Tabela 1.13 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2017.2

Nível de Classificação	Cargo	Campus Sede Maracanã	Campus M ^a da Graça	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	8	1	5	3	2	1	0	1
C	Auxiliar em Administração	60	6	3	1	3	1	2	0
C	Auxiliar de Biblioteca	0	0	0	0	0	1	1	1
C	Contínuo	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	4	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	5	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		81	8	8	4	5	4	3	2
D	Assistente em Administração	133	13	17	8	8	9	7	7
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Revisor de Textos Braille	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	24	1	2	0	0	0	1	2
D	Técnico de Tecnologia da Informação	11	1	2	2	2	3	2	3
D	Técnico em Arquivo	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Audiovisual	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	7	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	0	1	0	1	1	1	0	0
D	Técnico em Segurança do Trabalho	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Vigilante	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		193	16	24	12	12	15	10	13
E	Administrador	8	5	3	5	5	5	6	5
E	Analista de Tecnologia da Informação	10	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	8	1	1	1	1	1	1	0

E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	2
E	Auditor	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	10	2	2	1	1	2	2	2
E	Contador	9	0	0	1	0	0	0	0
E	Economista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	2	0	0	1	0	0	0	0
E	Médico/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	11	1	2	2	2	2	2	2
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	0	1	0	0	1
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Secretário Executivo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	27	2	3	2	2	4	2	1
E	Tecnólogo/Formação	6	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		131	14	14	14	13	15	14	13
TOTAL POR CAMPUS		406	38	46	30	30	34	27	28
TOTAL GERAL: 639									

Fonte: DRH, dez/2017.

1.4 - O Processo de Autoavaliação

Como Instituição integrante da rede de Educação Superior, o CEFET/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, sendo submetido a três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

A avaliação das instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP. O presente relatório tem como objeto a avaliação da Instituição de Educação Superior CEFET/RJ em sua etapa de autoavaliação.

Segundo as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação das Instituições fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004, p.5)¹, a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

¹BRASIL. Ministério da Educação. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da Instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013 propõe ajustes no Roteiro proposto inicialmente. Segundo essa Nota Técnica (2014, p.2)²:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Nesta nova versão do relatório, as dez dimensões avaliadas são dispostas em eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento foi organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o SINAES, conforme apresentado na Tabela 1.14:

Tabela 1.14 – Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas

²BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065: **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
5	Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

1.4.1-Planejamento

Para promover o processo de autoavaliação institucional que engloba os relatórios parciais de 2015 e 2016 e o presente relatório integral, a CPA seguiu um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das IES, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da Instituição.

A autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando esse contexto, foram previstas as seguintes atividades, conforme a Tabela 1.15:

Tabela 1.15 – Lista de Atividades Programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos instrumentos de pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do Relatório Final ao Presidente do Conselho Diretor e ao INEP
9	Divulgação dos resultados à comunidade

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as coordenações propostas por dimensão, baseadas na CPA designada pela Portaria nº 1342 de 17/11/2016, são apresentadas na Tabela 1.16. Apesar de cada dimensão apresentar uma coordenação para uma melhor análise dos dados, todos podem opinar e interagir no processo.

Tabela 1.16 – Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA (Portaria nº 1342 de 2016)

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Waltencir Andrade
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Carla Cristina Almeida Loures
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Aline Gesualdi
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Eduardo Bezerra
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Maria Esther Provenzano
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Dischinger Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Giuliano Magno de Oliveira Condé

O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente relatório, que será enviado ao INEP/CONAES e terá uma cópia entregue ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. Os resultados serão, em seguida, apresentados aos Conselhos pertinentes e publicados no *site* da Instituição. Além disso, serão distribuídas diversas cópias eletrônicas, por meio de CDs, aos membros do Conselho de Ensino (CONEN) e do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas. Identificadas fragilidades, devem ser propostas soluções ou planos de melhoria.

2.1-Metodologia e Instrumentos

A autoavaliação institucional teve início em 2004, com a Lei nº. 10.861/04. No entanto, pode-se dizer que a partir de 2009, o processo se tornou mais sistematizado e a comunidade mais receptiva. Na avaliação referente ao ano de 2009, foram necessárias diversas reuniões até o produto final, um questionário aplicado a cada segmento da comunidade. Nas avaliações que se seguiram, os instrumentos já estavam prontos, sendo necessário apenas atualizá-los ou aperfeiçoá-los, quando necessário. Entre 2004 e 2016, o processo de autoavaliação evoluiu significativamente e hoje faz parte da cultura da instituição.

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do CEFET/RJ, o PDI, a identidade da Instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dimensões previstas pela Lei nº. 10.861/04 foi realizada utilizando-se diferentes procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados foram amplamente discutidos nas reuniões da CPA, durante o processo de elaboração, que teve início em 2009, e abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos se encontram no Anexo dos relatórios anteriores e foram elaborados de forma diferenciada, considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários foram disponibilizados de forma *on-line* com o auxílio do departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na avaliação de 2009, alunos da graduação e técnico-administrativos acessavam os questionários através de um *link* no *site* da Instituição. Os professores eram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas realizado no segundo semestre. Tal lançamento também é feito de forma *on-line*. Foi fornecido o endereço de e-mail cpa.cefetrij@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas.

Nas avaliações realizadas até o momento, o acesso dos técnico-administrativos ao questionário é feito através de um *link* no *site* da Instituição. Com relação aos alunos da graduação, desde 2010, vem-se utilizando um procedimento diferente do utilizado em 2009, com o intuito de aumentar o número de avaliações. Os alunos são conduzidos ao questionário no momento da confirmação de matrícula. A partir de 2010, os alunos da pós-graduação do Maracanã foram convidados a atuar no processo de avaliação com o auxílio da própria secretaria do curso. Com relação aos professores, manteve-se o mesmo procedimento, ou seja, os professores foram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas.

Assim, o processo de condução obrigatório ao questionário tem início a partir do lançamento das notas P2, realizado no segundo semestre do ano letivo, momento em que os professores são conduzidos à avaliação, e termina após a confirmação de matrícula dos alunos, realizada no início do ano seguinte, momento em que os alunos são conduzidos à avaliação.

O processo de convite aos técnicos e alunos da pós para participarem da pesquisa, que utiliza um link no *site*, pode ocorrer em qualquer momento do período entre o início do segundo semestre até a confirmação de matrícula dos alunos de graduação, realizada no início do ano seguinte. No caso dos técnicos e alunos da pós, que são convidados, o questionário habitualmente fica disponível por um período maior de tempo. Com o intuito de aumentar o número de respondentes técnico-administrativos, dessa vez foi encaminhado também um e-mail a este segmento, chamando atenção para a importância da pesquisa e da participação de todos, além do destaque habitualmente publicado no site.

Para medir o índice de satisfação ou insatisfação da comunidade, as perguntas apresentadas nos respectivos questionários, em sua maioria, possuíam quatro escalas de respostas, apresentadas a seguir.

1- Insuficiente(s) ou Ruim(ns)	2- Suficiente(s) ou Regular(es)	3- Bom(ns) ou Boa(s)	4- Ótimo(s) ou Ótima(s)
-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------------

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando-se a produção de questionários longos. Os dados colhidos foram dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Esse processamento incluiu a disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a Instituição como um todo (sede e *campi* com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por *campus* ou por curso, por exemplo, deve ser feita a parte. A partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos, também, os dados por *campus*, por curso e por departamento para uma análise mais profunda da Instituição, embora a análise deste relatório esteja voltada para a Instituição como um todo.

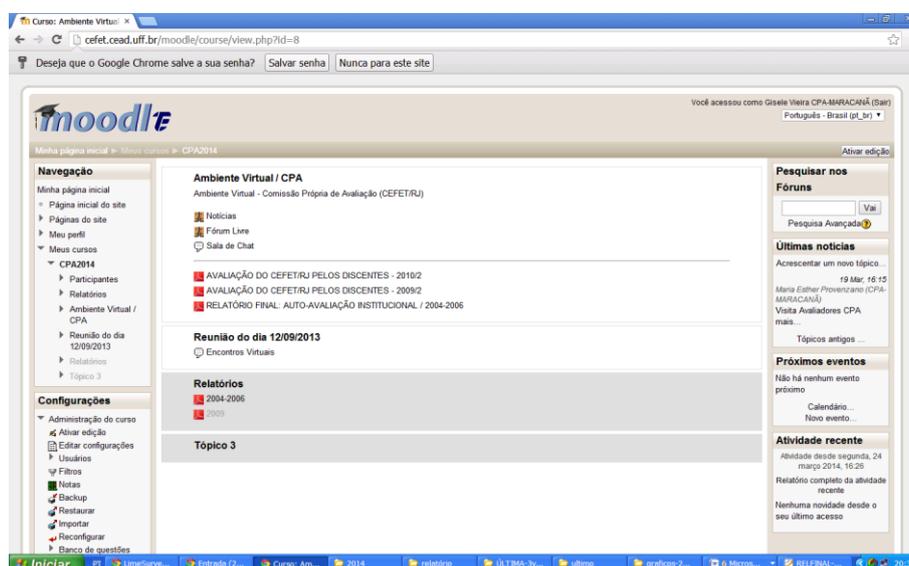
A etapa referente à sensibilização ocorreu em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão e-mails eletrônicos, chamadas no *site* da Instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo, etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão agiu como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA contou com o apoio das Direções e Chefes de Departamentos/Coordenadores para a divulgação do questionário formulado e para a análise das dimensões indicadas pela CONAES, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas setoriais, quando necessário. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, cada um foi solicitado a ser um multiplicador, passando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos de contato toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

Utilização da Plataforma Moodle

A presidente atual da comissão, Maria Esther Provenzano, propôs a utilização da plataforma Moodle para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados a avaliação. Considerando que o grupo compreende membros de diferentes unidades e que a distância física entre estas muitas vezes dificulta a presença de todos ao mesmo tempo, este veículo de comunicação facilita a comunicação entre os membros do grupo. O sistema permite que todos do grupo criem um perfil.

O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. A sigla corresponde a Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). O Moodle é também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecido por sua sigla em inglês, LMS - Learning Management System). Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite também, de forma simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso *on-line* à sua escolha.

Para acessar a plataforma, deve-se digitar: <http://cefet.cead.uff.br/moodle/>. Em seguida entra-se com o nome de usuário e senha. A seguir uma ilustração do sistema com alguns documentos que foram inseridos.



2.2-População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de Instituições de Educação Superior, decidiu-se focar a avaliação interna do CEFET/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro que apresenta, além do ensino superior, ensino médio e técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da Instituição. Não se pode esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer,

laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o CEFET uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os *campi* com curso superior, ou seja, a Unidade Sede, situada no Maracanã, e os *campi* de Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença. O *campus* Maria da Graça não participou da pesquisa, pois não possui curso superior até o momento. Habitualmente não se aplica a pesquisa para os alunos dos períodos iniciais de um curso novo, aguardando-se que os mesmos tenham maior conhecimento da Instituição e de seu curso para participar do processo de avaliação.

2.2.1-População: Corpo Discente

Participam da pesquisa somente alunos do ensino superior. Os discentes avaliam a Instituição, os respectivos cursos, assim como seus professores, de forma geral, por meio da avaliação das disciplinas, a partir dos questionários aplicados. A tabela a seguir apresenta o histórico de participação dos alunos de graduação desde 2009.

Tabela 2.1 – Porcentagem de Alunos de Graduação habilitados que participaram do Processo de Avaliação

2009	2010	2011	2012	2013-2014	2015	2016
9,2%	97,7%	92,0%	77,8%	85,4%	100%	75,8%

A tabela 2.1 apresenta um aumento significativo de alunos respondentes de 2009 para 2010. Este fato foi muito enriquecedor para o processo, mas somente foi alcançado porque, a partir dessa ocasião, os alunos foram conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula. Em 2016, houve uma queda na participação dos alunos, sobretudo no Maracanã, por motivos operacionais. O questionário fica disponível no Portal do Aluno no período de matrícula, após esse período as respostas são coletadas e gerados os gráficos de trabalho, que contribuem para o relatório final. No entanto, em virtude de uma queda de energia, o sistema ficou fora do ar, o que fez com que o período de matrícula fosse prolongado. Contudo, a data de corte para a coleta e tratamento de dados não pôde acompanhar esse deslocamento da matrícula, fazendo com que uma parte de alunos ficasse fora da pesquisa, mas garantindo tempo hábil para o tratamento e análise dos dados coletados e posterior produção do relatório.

2.2.2-População: Corpo Docente

Participam da pesquisa somente docentes que atuam no ensino superior. Os docentes avaliam a Instituição e o curso relacionado ao departamento em que estão lotados, a partir dos questionários aplicados. Como cada curso

compreende docentes de diversas áreas, foi necessário optar por um critério de avaliação. Com o critério adotado, o professor lotado no Departamento de Engenharia Elétrica, por exemplo, que ministra Eletricidade para o curso de Engenharia Mecânica e outras disciplinas em seu departamento avaliará o curso de Engenharia Elétrica e assim por diante.

Deve-se lembrar que alguns professores estão lotados em um determinado departamento, mas lecionam em outro. Este é o caso, por exemplo, dos professores lotados no Departamento de Engenharia Mecânica, mas que dão aula unicamente na Engenharia de Produção. Tais professores avaliarão o curso de Engenharia Mecânica e aparecerão como respondentes de tal curso, mas não estão contados no total de professores atuantes do curso. São professores colaboradores. Além disso, o total de professores respondentes inclui também os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos departamentos. Em virtude da complexidade que envolve cada programa de curso e respectivos docentes, que podem ministrar aulas em mais de um curso, fica difícil encontrar uma metodologia ótima de avaliação. No entanto, considerando uma série de fatores, decidiu-se optar pela avaliação do professor em relação à Instituição e, também, ao curso associado ao departamento de sua lotação.

Para os professores que também atuam na pós-graduação, é solicitada uma avaliação neste nível, conforme consta no questionário. Convém mencionar que a maioria dos professores da pós-graduação está lotada nos Departamentos ou Coordenações da Graduação.

Em geral, mesmo os professores sendo conduzidos ao questionário no momento do lançamento de notas, o número de respondentes habitualmente não é de 100%. Isto ocorre porque alguns professores realizam o lançamento de notas diretamente através de um *link*, não passando necessariamente pela entrada do Portal do professor.

2.2.3-População: Corpo Técnico-Administrativo

Participam da pesquisa todos os técnico-administrativos dos campi com ensino superior. Cabe lembrar que somente o *campus* Maria da Graça, não possui ensino superior.

O número de respondentes desse segmento aumentou significativamente, considerando que em 2015 a porcentagem foi de apenas 10,6% e em 2016, de 39,2%. O aumento ocorreu porque o processo de sensibilização desse segmento foi mais intenso em 2016, como mencionado anteriormente no item 2.1, que trata da Metodologia e Instrumentos. Apesar desse aumento, ainda é necessário melhorar esse índice para resultados ainda mais representativos.

O baixo índice participativo dos técnico-administrativos, comparado à participação dos professores e alunos, se deve ao fato de os técnico-administrativos serem convidados a participar, não sendo obrigatoriamente conduzidos ao processo, tais como os professores e os alunos da graduação.

A avaliação referente a 2016 envolveu, portanto, 4188 respondentes, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2.2 – Porcentagem de respondentes habilitados que participaram do Processo de Avaliação 2016

Avaliação 2016							
Alunos de Graduação		Alunos de Pós-Graduação		Professores		Técnicos Administrativos	
3504	(75,8%)	8	3,4%	447	91,6%	229	39,2%
Total: 4.188							

A avaliação referente a 2015 envolveu, 4503 respondentes, sendo 4114 (100%) alunos de graduação, 37 (16%) alunos de pós-graduação, 294 (82,8%) professores e 58 (10,6%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2013/2014 envolveu 3629 respondentes, sendo 3299 (85,4%) alunos de graduação, 22 (10,3%) alunos de pós-graduação, 299 (100%) professores e 9 (2,5%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2012 envolveu 3173 respondentes, sendo 2825 (77,8%) alunos de graduação, 45 (23,3%) alunos de pós-graduação, 263 (90,7%) professores e 40 (10,3%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2011 envolveu 3378 respondentes, sendo 3091 (92,0%) alunos de graduação, 33 (20,0%) alunos de pós-graduação, 231 (77,5%) professores e 23 (5,7%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2010 envolveu 3614 respondentes, sendo 3348 (97,7%) alunos de graduação, 41 (13,6%) alunos de pós-graduação, 197 (62,7%) professores e 28 (7,2%) técnico-administrativos. A avaliação realizada em 2009 envolveu 586 respondentes no total. Vale observar, que, embora a porcentagem referente aos alunos tenha diminuído em 2016, houve um aumento das porcentagens referentes aos outros segmentos.

Como já citado no item 1.4, o desenvolvimento do relatório foi estruturado em cinco eixos, que agrupam as dez dimensões de avaliação.

3.1 – Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, que compreende a dimensão 8, foi avaliado detalhadamente no relatório parcial de 2015. No entanto será apresentada a seguir uma breve análise dos dados e das informações referente a esse eixo. Maiores detalhes podem ser obtidos no relatório parcial de 2015, disponível no site da Instituição para consulta.

3.1.1 – Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

A Instituição vem implementando a avaliação institucional por meio da equipe que compõe a CPA, que contou com a participação da comunidade nas respostas aos questionários e em outros eventos, como a disponibilidade dos setores em fornecer dados e informações. Pode-se dizer que, atualmente, há maior mobilização em torno da proposta. Isso pode ser percebido quando se compara o primeiro relatório com o atual, que avançou em seus resultados.

O uso da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais vem se destacando de forma positiva, como, por exemplo, o e-mail, como alternativa de colaboração à elaboração do PDI. O reconhecimento dessas tecnologias, como meios de interação e comunicação, constituem-se em suporte de mobilização e participação da comunidade e configuram-se como potencialidades no processo avaliativo.

a.2) Fragilidades

A cultura da avaliação e da autoavaliação ainda precisa ser mais internalizada na Instituição. A pouca participação dos servidores nas reuniões, que têm como objetivo debater acerca do planejamento (PDI, PPI, PPC) demonstra uma fragilidade a ser superada. A avaliação deve ser entendida como melhoria dos serviços institucionais. Essa concepção foi muito bem expressa por Gadotti (2000, p. 195)³ no seguinte texto:

A avaliação institucional não mais é vista apenas como um instrumento de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização. Mesmo assim, ela encontra

³ GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

resistências e não se constitui numa prática constante. Por isso, deve ser mais instituída até tornar-se uma demanda explícita das escolas.

Os estudiosos desse tema recomendam que o processo de avaliação institucional se inicie com a autoavaliação, um caminho importante para cada Instituição se situar perante a sociedade. Essa tomada de consciência possibilita aos envolvidos no processo uma visão geral da Instituição, o conhecimento das condições com as quais trabalham e os resultados obtidos nas diferentes ações. Assim, o processo de avaliação deve compreender sempre a avaliação conduzida pela própria Instituição e se fortalecer nessa perspectiva.

b) Ações com base na análise

Dar continuidade ao processo de mobilização da comunidade para a reflexão acerca do planejamento, avaliação e autoavaliação. Necessidade de se estabelecer uma filosofia que sirva de base para orientar o processo de avaliação, com a intenção de que seu êxito seja garantido e que esse processo não se transforme em uma atividade meramente burocrática.

Sugere-se que a finalidade da avaliação se traduza pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa qualidade, no entendimento de Gadotti (op.cit) é, ao mesmo tempo, técnica, quando demonstra que há melhoria na eficiência e produtividade e pedagógica, quando há melhoria nas relações de ensino-aprendizagem.

3.2 – Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

O eixo 2, Desenvolvimento Institucional, que compreende as dimensões 1 e 3, foi avaliado detalhadamente no relatório parcial de 2016. No entanto será apresentada a seguir uma breve análise dos dados e das informações referente a esse eixo. Maiores detalhes podem ser obtidos no relatório parcial de 2016, disponível no site da Instituição para consulta.

3.2.1 – Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

Os documentos consultados apresentam uma descrição clara dos objetivos e finalidades da Instituição.

a.2) Fragilidades

O desconhecimento da missão de sua própria IES por parte dos alunos respondentes evidencia-se como um ponto de fragilidade e demonstra a necessidade de um maior envolvimento do corpo discente com o PDI.

b) Ações com base na análise

A divulgação do PDI e do PPI, principalmente junto aos alunos, deve continuar e ser intensificada. Sugere-se mencionar no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, o PDI e a Missão da Instituição. Processo semelhante pode ser feito para a pós-graduação no que diz respeito à divulgação destes documentos junto aos alunos da pós.

3.2.2 – Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

Na última avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Muitas atividades são desenvolvidas em relação à responsabilidade social, o que contribui para a imagem positiva da Instituição perante a comunidade interna e externa. Destacam-se, nesse sentido, as iniciativas do protagonismo estudantil como: ENACTUS CEFET/RJ, projeto que tem como principal objetivo empoderar pessoas e comunidades, transformando suas vidas e aumentando suas rendas; a CEFET Jr Consultoria e a Onix Jr Consultoria, que visam possibilitar a realização de ações voltadas para o desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos, capazes de se constituírem em soluções para as demandas do mundo produtivo e da sociedade; além do Centro de Memória do CEFET que objetiva tornar evidente a história da Instituição e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país; as Incubadoras ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis de base social e a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas; a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), que integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), cujo principal objetivo é socializar a produção científico-acadêmica do CEFET/RJ para a público interno e externo.

A Associação Atlética Acadêmica cujo objetivo é promover atividades esportivas, culturais e sociais que visem o aperfeiçoamento e o integração social dos alunos também deve ser citada. Além disso, há outras atividades importantes, desenvolvidas por equipes de alunos, que merecem ser mencionadas, como participações na competição SAE Brasil Aerodesign, Desafio Solar, Projeto Baja SAE, Fórmula SAE, Equipe de Robótica. Essas competições também são uma forma de inclusão do aluno, que se sente parte integrante do processo ao participar do desenvolvimento de um projeto, desde sua concepção até a sua construção e testes. No Desafio solar, por exemplo, a intenção dos alunos é promover a sustentabilidade, desenvolver novas tecnologias e sensibilizar a população e o governo a investir em pesquisas sobre energia limpa e renovável .

Sobre inclusão social destaca-se o NAPNE, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade.

As ações da IES no sentido da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural são perceptíveis e estão contempladas nas diretrizes institucionais sendo adequadamente implantadas e acompanhadas, destacando-se o

Programa Turma Cidadã, com o objetivo de implantar uma cultura de responsabilidade sociopessoambiental na ambiência da IES, através de ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional.

A Instituição possui uma imagem positiva na sociedade, amparada pelos resultados em termos da empregabilidade que proporciona aos seus alunos. A comunidade interna, em linhas gerais, possui autoestima elevada nesse aspecto. A Instituição convive bem com as diferenças, constituindo, assim, um ambiente de tolerância e boa convivência.

a.2) Fragilidades

A acessibilidade e as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais são questões que ainda merecem atenção.

Apesar da boa avaliação com relação ao acompanhamento dos egressos, sabe-se que a Instituição necessita de um método oficial que viabilize tal processo. Tal método se encontra em desenvolvimento e em breve deverá estar implementado e sob controle da Diretoria de Extensão.

b) Ações com base na análise

Ampliar os programas de assistência social, pesquisando quais são as necessidades percebidas pelos alunos como fundamentais. Ampliar as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Acompanhar a implementação do método de acompanhamento de egressos.

3.3 – Eixo 3: Políticas Acadêmicas

O eixo 3, Políticas Acadêmicas, que compreende as dimensões 2, 4 e 9, foi avaliado detalhadamente no relatório parcial de 2016. No entanto será apresentada a seguir uma breve análise dos dados e das informações referente a esse eixo. Maiores detalhes podem ser obtidos no relatório parcial de 2016, disponível no site da Instituição para consulta.

3.3.1 – Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação ao ensino, observou-se que a Instituição apresenta uma boa estrutura curricular, capacitando o egresso para o exercício profissional, segundo o perfil proposto. Além disso, na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de graduação e as respectivas normas de operacionalização.

Os conceitos máximos obtidos no Enade pela Instituição, em 2014 e 2015, nas duas licenciaturas em Física e no curso de Administração indicam que tais cursos estão entre os melhores do país.

Os aspectos avaliados com a aplicação do questionário que apresentaram altíssimos índices de satisfação, no caso acima de 70% da comunidade respondente indicando uma avaliação boa ou ótima, foram os relativos aos quesitos:

-Adequação da matriz curricular do curso aos objetivos propostos, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando.

-Assiduidade dos professores

Cabe uma observação com relação ao item referente aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares disponibilizados para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, que em 2011 foi apontado como um ponto de fragilidade e agora vem se tornando uma das potencialidades da Instituição. Este é um item que merece atenção por necessitar de investimentos contínuos e que ainda pode ser melhorado, em virtude da sua

importância. A resposta da comunidade aos investimentos realizados pela Instituição é clara quando se observa a avaliação de 2009, 2010 e 2016. Em 2009, a parcela insatisfeita com este item correspondia a 27% para professores e 50% para alunos. Em 2010, houve uma melhora significativa, sendo que a parcela insatisfeita na ocasião passou a ser 24% para professores e 30% para alunos. Com a continuação dos investimentos, em 2016, a parcela insatisfeita com este item corresponde a 16,11% para professores e 15,87% para alunos.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Em sete das oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. A única questão que não seguiu esse padrão apresentou uma avaliação ainda melhor, com as maiores parcelas julgando o quesito como bom ou ótimo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 4,68%, foi referente à assiduidade dos professores. O índice de insatisfação mais significativo foi de 16,44% (relação da teoria com a prática). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram sem dúvida pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente do ensino, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação. Nos anos seguintes, as contratações continuaram, porém, envolvendo um nível mais reduzido de vagas.

O Programa de Monitoria, lançado em 2016, também se destaca como uma das potencialidades do ensino. Assim como o I Fórum de Ensino, realizado em 2016, que tratou da questão de evasão e retenção, com apresentações de todos os campi do sistema CEFET/RJ. Em se tratando desse tema, não se pode esquecer o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ, que aguarda a aprovação do CEPE e promete ser um grande auxílio na redução dos índices de evasão e retenção.

As Comissões de Acompanhamento Discente (CAD's) instituídas em 2016, que orientam e acompanham os alunos com baixo desempenho, são um instrumento importante que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção.

Convém ressaltar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de três diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa recebem dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, além do título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio teve início em 2016,

com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ, *campus* Angra, e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Em consonância com o objetivo de transformar-se em Universidade de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro, a Direção Geral do CEFET/RJ vem investindo fortemente na pesquisa e na pós-graduação, estando ciente do papel estratégico do exercício de tais atividades dentro de um modelo universitário. O apoio à pesquisa e pós-graduação pode ser observado através de ações como a criação, em 2005, da DIPPG; atualização/elaboração de regulamentação para pesquisa e pós-graduação na Instituição; e o aumento significativo da alocação de recursos da Instituição destinados à criação de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação. Nos últimos anos, as atividades no CEFET/RJ associadas à pesquisa e à pós-graduação apresentaram um expressivo crescimento, que pode ser comprovado pelo aumento de diversos indicadores como produção científica qualificada, número de grupos de pesquisa, número de programas de pós-graduação, número de bolsas de iniciação científica e de mestrado. Esse crescimento foi suportado pelos investimentos que a Instituição efetuou nas duas áreas ao longo desses anos. Na última avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 instituições, comprovando tratar-se de um programa de excelência.

Na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as respectivas normas de operacionalização.

A avaliação da pós-graduação por seus professores foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em quase todos os quesitos avaliados. Tais quesitos são referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos de informática disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade e ao apoio de pessoal administrativo. O menor índice de insatisfação, correspondente a 1,61%, foi referente a questão que aborda o conceito do curso na comunidade. O índice de insatisfação mais significativo nesse aspecto em 2016 foi de apenas 14,52%, relativo aos recursos de informática disponibilizados. O índice de insatisfação relativo a questão de apoio de pessoal administrativo, diminuiu bem de 2014 para 2016, passando de 32,84% para 11,29%, em virtude das contratações.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos da pós-graduação, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, não apresentando inclusive índice de insatisfação em todos os quesitos pesquisados nas oito questões propostas. No entanto, vale lembrar que o baixo número de respondentes desse único segmento não permite maiores conclusões a respeito, sendo apenas um indicativo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados

para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. As três questões mais bem avaliadas foram as que abordaram o planejamento/organização das aulas, a assiduidade e a pontualidade dos professores.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram sem dúvida pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente da pesquisa e pós-graduação, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação. Nos anos seguintes, as contratações continuaram, porém em um número mais reduzido.

EXTENSÃO

A diversidade de programas que fazem parte do âmbito de trabalho da Extensão no CEFET/RJ e a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) podem ser considerados potencialidades da Instituição. Além disso, na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para a extensão e as respectivas normas de operacionalização.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram, sem dúvida, pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente da extensão, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação. Nos anos seguintes, as contratações continuaram, porém em um número mais reduzido.

a.2) Fragilidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 16,44% (relação da teoria com a prática). Apesar desse índice não representar mais uma fragilidade, o que já ocorreu no passado e foi corrigido com auxílio de práticas baseadas em novas tecnologias, sabe-se que é um item que requer atenção constante.

Entre as ações que ainda merecem atenção, estão a capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem e a orientação para o preenchimento correto do formulário de compras de forma a obter o produto desejado, seja ele um equipamento de laboratório ou um software.

PESQUISA

Há pesquisadores com artigos em linhas de pesquisa que ainda não estão presentes nos grupos de pesquisa. Deve-se analisar os motivos e verificar se tais linhas são de interesse da instituição. Em caso positivo, seria interessante convidar tais pesquisadores para criar novos grupos.

PÓS-GRADUAÇÃO

O índice de insatisfação de 32,84% demonstrado pelos professores no relatório de 2013/2014 com relação ao apoio de pessoal administrativo foi corrigido com a chegada dos técnico-administrativos admitidos no último concurso. Com isso, tal índice sofreu redução, passando de 32,84% para 11,29%.

O baixo índice de respondentes dos alunos da pós-graduação representa uma fragilidade e clama por questões que passam pela desinformação, desinteresse, bem como apontam para a necessidade da Instituição repensar ações de maior conscientização do processo avaliativo, ou seja, planejar e organizar ações de sensibilização da comunidade como um todo.

A questão que trata do oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade também merece atenção constante. No entanto, a comunidade parece estar mais satisfeita considerando a redução do índice de insatisfação, que em 2013/2014, era de 30,43% e de 23,67%, por parte dos professores e alunos de graduação, respectivamente. Em 2016, esses índices passaram para 23,04% e 16,55%, respectivamente, o que sugere que a comunidade parece estar mais satisfeita, com a abertura dos últimos cursos.

Deve-se dar atenção também ao quesito referente à articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação. Tal quesito, em 2013/2014, na avaliação dos professores, apresentou um índice de insatisfação de 22,41% e, na avaliação dos alunos de graduação, de 19,19%. Em 2016, esses índices passaram para 27,07% e 20,46%, respectivamente, merecendo ser discutido com maior profundidade em virtude da sua importância.

A porcentagem referente àqueles que consideram a articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 8 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

b) Ações com base na análise

ENSINO – GRADUAÇÃO

Sabendo da importância da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, sugere-se um maior investimento neste campo com relação aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares. O quesito relação da teoria com a prática pode ser mais bem trabalhado junto aos alunos, deve-se buscar alternativas para que todas as disciplinas apresentem situações práticas que envolvam a teoria ministrada. Esse problema passa pela formação continuada dos professores, aos quais devem ser oferecidas oportunidades de interação com indústrias e empresas dos respectivos ramos. Algumas ações institucionais devem promover a integração dos professores às empresas dos setores industriais correspondentes às diversas especialidades.

Intensificar o apoio à capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. Orientar os docentes para atuar de forma correta no processo de compras. Desenvolver um manual com os principais erros e soluções.

Traçar uma estratégia para que os professores obedeçam ao período para o lançamento das notas finais. Pois um atraso nesse quesito gera problemas na matrícula, o que ocasiona o atraso das pautas, uma vez que na confirmação de matrícula ocorrem muitas correções.

Divulgar informações sobre o grupo de docentes de cada departamento/coordenação, indicando sua localização no CEFET.

Eventualmente, racionalizar o uso das salas de professores, procurando estabelecer um critério de manutenção e limpeza desses ambientes.

Fomentar discussões acadêmicas com o colegiado das diversas coordenações no sentido de: estabelecer o quantitativo de professores que atenda de forma contínua às necessidades requeridas pelas disciplinas; planejar as saídas de professores para especialização e realização de cursos fora da coordenação de modo a não prejudicar o andamento do programa das disciplinas das coordenações; discutir melhoramentos nos programas das disciplinas no sentido de atualizar conteúdo e carga horária.

PESQUISA

Estudar alternativas para que todos os pesquisadores que trabalhem com projetos de pesquisa em consonância com a missão e objetivos da Instituição possam constituir grupos de pesquisa. Da mesma forma, deve-se refletir sobre a questão dos critérios de concessão de bolsas do PIBIC quando se trata das respectivas linhas de pesquisa que, pelo fato de não estarem associadas ainda a pós-graduação da Instituição, não apresentam a produção científica esperada, ficando presas a um círculo vicioso.

EXTENSÃO

Verificar a possibilidade de enriquecer as informações que constam no *site* da Instituição relativas à Extensão.

PÓS-GRADUAÇÃO

Aumentar a participação dos alunos de graduação nos projetos e pesquisas desenvolvidos a nível de pós-graduação no sentido de motivá-los à continuação de seus estudos em um programa de pós-graduação.

Divulgar as atividades da pós-graduação (participação em congressos, defesas de dissertações, trabalhos publicados, etc.) junto aos alunos de graduação, convidando-os também a participar desses eventos.

3.3.2 – Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

O Portal e a TV CEFET vêm se destacando como potencialidades da Instituição. Cabe mencionar também o sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. Tal sistema possibilita maior agilidade nos encontros dos diretores de *campi* com os diretores sistêmicos, que ficam na Sede, além de reduzir custos com viagens e deslocamentos.

O investimento na área de comunicação com relação a produção de notícias, trouxe um maior profissionalismo as notícias elaboradas sobre a Instituição, que agora conta com três jornalistas, conforme a tabela a seguir.

Classificação	Cargo	Sede (Maracanã)	Campus Petrópolis
E	Jornalista	2	1
E	Programador Visual	1	--
E	Relações Públicas	2	--
E	Revisor de Texto	1	--
TOTAL		7	

a.2) Fragilidades

O Portal, apesar de ser uma ferramenta poderosa, carece de atualização e de uma interface mais agradável com a comunidade.

b) Ações com base na análise

Atualizar e aprimorar o Portal. Reformular os conteúdos, evitando as informações repetidas.

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

O fato da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), localizada na Sede (Maracanã), possuir cerca de duas mil e quinhentas empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ, se destaca como uma potencialidade da Instituição. Cabe citar também a FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, em virtude do alcance social que tal evento proporciona aos estudantes.

Deve-se citar ainda o incentivo da Instituição com relação à interação com outras culturas, através de programas tais como Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Convém ressaltar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de três diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa recebem dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, além do título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio teve início em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ, *campus* Angra, e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança.

a.2) Fragilidades

Na pesquisa realizada com o questionário, o maior índice de insatisfação apresentado pelos alunos de graduação, no caso 21,83%, foi com relação ao número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tal quesito como suficiente (35,7%), bom (32,68%) ou ótimo (9,79%).

Com relação aos alunos de pós-graduação, o maior índice de insatisfação, no caso 25%, foi com relação a política de assistência estudantil. No entanto, considerando o baixo número de respondentes desse segmento e que a grande maioria avaliou o quesito como suficiente (62,5%), fica apenas o registro desse fato.

b) Ações com base na análise

Apesar do número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais estar diretamente ligado ao orçamento anual recebido, deve-se estudar alternativas para o aumento dessas.

3.4 – Eixo 4: Políticas de Gestão

O eixo 4, Políticas de Gestão, que compreende as dimensões 5, 6 e 10, foi avaliado detalhadamente no relatório parcial de 2016. No entanto será apresentada a seguir uma breve análise dos dados e das informações referente a esse eixo. Maiores detalhes podem ser obtidos no relatório parcial de 2016, disponível no site da Instituição para consulta.

3.4.1 – Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

Existência de um plano de progressão funcional, reformulado em 2014 e agora recentemente, mais abrangente que o proposto em 2010, com critérios claros e bem definidos de progressão.

Cabe mencionar que os maiores índices de satisfação observados com a aplicação do questionário, nesta dimensão, se referem à satisfação dos técnico-administrativos com relação ao aproveitamento de seu potencial e aos instrumentos de avaliação de seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição. Com relação ao aproveitamento do potencial de trabalho, 48,03% consideraram tal quesito como bom. Em se tratando dos instrumentos de avaliação, 48,91% indicaram tal quesito como bom.

a.2) Fragilidades

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, alguns critérios para pontuar ainda merecem atenção, como a orientação em projeto final que merece ser melhor pontuada, face as pontuações dadas para monografia de pós-graduação *lato sensu*, dissertação de mestrado e dissertação de doutorado.

O alto índice de insatisfação demonstrado pelos técnico-administrativos com relação aos cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais pode apontar para uma insuficiência ou desconhecimento nesta área, que precisa ser pesquisado.

b) Ações com base na análise

Desenvolvimento de atividades junto aos técnico-administrativos que mostrem a importância da avaliação interna e da participação de toda a comunidade neste processo fundamental para a melhoria da qualidade. Esta sensibilização deve ser feita com o apoio da direção e sua importância deve ser mencionada em reuniões de

colegiados, comissões, etc. Muito já se avançou nesse sentido, mas é um segmento que ainda requer intensificar o processo de sensibilização. Desta forma, a cultura da avaliação estará sendo difundida, com a participação de todos.

Divulgar de forma mais intensa os cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais e avaliar se o número de cursos oferecidos na área está adequado às necessidades da comunidade.

3.4.2 – Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na opinião dos docentes e alunos da Instituição, os órgãos colegiados funcionam de forma adequada, contribuindo para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição.

Apesar de a Instituição continuar a não receber vagas da carreira do Magistério Superior, em 2013, o MEC destinou ao CEFET/RJ 318 vagas para docentes da carreira EBTT, que também podem atuar no Magistério Superior e 252 vagas para técnico-administrativos.

b.2) Fragilidades

Desde 2008 a instituição não recebe vagas para docentes da carreira do Magistério Superior e não são repostas as vagas daqueles que se aposentam, o que fragiliza a gestão da Instituição. Em um intervalo de 10 anos a quantidade de docentes da carreira do magistério superior passou de 100 em 2004 para 115 em 2014 enquanto da carreira EBTT passou de 342 em 2004 para 643 em 2014.

b) Ações com base na análise

Estudar alternativas de fortalecer a carreira do Magistério Superior da Instituição.

Pesquisar junto aos técnico-administrativos os motivos da insatisfação com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação destes na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

3.4.3 – Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

O modelo de gestão estratégico-orçamentária utilizado ao longo dos últimos anos pelo CEFET/RJ tem garantido a convergência entre suas políticas de ensino, pesquisa e extensão e a execução orçamentária institucional, uma vez que, anualmente, antes do exercício orçamentário, os Diretores de cada campus e/ou departamento, elaboram uma planilha de planejamento das ações (plano de ação 5w2h) que serão empreendidas no âmbito de cada campus. A principal exigência desta planilha é que cada ação proposta pelos seus campi esteja em consonância com os objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET/RJ vigente. Além disso, é necessário que sejam apontados os recursos financeiros necessários, cronograma, responsáveis e justificativas. Por fim, cada ação prevista pelos campi e/ou departamentos no plano de ação dá origem a um número identificador que deve constar dos processos de contratação de fornecimento e de serviços pelo CEFET/RJ.

Os esforços de sistematização das práticas de gestão de recursos orçamentários supracitados têm assegurado que cada aquisição ou contratação de serviços atenda a um propósito estratégico definido.

b) Ações com base na análise

Continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca para graduação e pós-graduação, aos laboratórios, a aquisição de novos computadores e softwares educacionais e a reforma das salas de aula.

3.5 – Eixo 5: Infraestrutura Física

O eixo 5, Infraestrutura Física, que compreende a dimensão 7, foi avaliado detalhadamente no relatório parcial de 2015. No entanto será apresentada a seguir uma breve análise dos dados e das informações referente a esse eixo. Maiores detalhes podem ser obtidos no relatório parcial de 2015, disponível no site da Instituição para consulta.

3.5.1 – Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

a) Análise dos dados e das informações

a.1) Potencialidades

A Instituição vem investindo em uma série de obras nos campi novos e de reformas nas instalações da Unidade Sede, que é a mais antiga. Vale observar que o campus Petrópolis, apesar de inaugurado em 2008, ocupa o prédio do antigo Fórum, localizado no centro histórico da cidade. Tal prédio, foi tombado há mais de 30 anos, sendo que as obras de conservação e manutenção, neste caso, devem obedecer regras especiais.

Em se tratando das salas de aula, boa parte já foi reformada e climatizada, tendo suas carteiras e quadros substituídos. Os auditórios também foram reformados e climatizados, tendo seus assentos substituídos e a instalação de novos recursos didáticos. Com relação aos laboratórios, tanto didáticos quanto de pesquisa, uma parte passou por um processo de reforma e modernização, por meio de obras e aquisição de novos equipamentos. No entanto, sabe-se que boa parte desses laboratórios ainda necessita de maiores investimentos.

Na avaliação obtida pelos questionários, a biblioteca, tanto na sua estrutura física quanto nos seus serviços, foi, de forma geral, bem avaliada pelos seus usuários.

a.2) Fragilidades

A pesquisa realizada por meio dos questionários e entrevistas apontou alguns pontos significativos de insatisfação que merecem ser cuidadosamente levados em conta nas tomadas de decisões. Tais itens são referentes à(s)/ao(s):

- acessibilidade
- opções de alimentação disponíveis;
- opções de estacionamento disponíveis para alunos;
- serviço de reprografia (xerox) disponibilizado.

b) Ações com base na análise

Considerando todo o contexto mencionado, a CPA considera importante:

- Continuar a reforma nas instalações, de maneira a atingir a totalidade das salas de aulas e a adequação as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Garantir os investimentos em laboratórios, softwares educacionais e computadores.
- Continuar os investimentos relativos ao acervo da biblioteca.
- Analisar alternativas para atender à comunidade acadêmica com relação aos quesitos serviços de alimentação e de reprografia, de forma que tais serviços não sejam interrompidos entre a saída de uma empresa prestadora de serviços e a entrada de outra.
- Verificar opções de estacionamento nas redondezas e a possibilidades de convênios para atender à comunidade acadêmica neste quesito.
- Analisar as demandas de técnico-administrativos de auxílio aos cursos.

4.1 – Análise dos Dados e das Informações

4.2 – Ações com Base na Análise

Este relatório foi realizado de acordo com o art. 3º da Lei Nº 10.861 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065. A análise dos dados e das informações foi apresentada ao longo dos capítulos referentes a cada eixo, que engloba as dimensões pertinentes. O relatório parcial de 2015 analisou detalhadamente o eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física. O relatório parcial de 2016 analisou detalhadamente o eixo 2, Desenvolvimento Institucional, o eixo 3, Políticas Acadêmicas, e o eixo 4, Políticas de Gestão.

No final de cada dimensão, pode ser encontrada uma síntese da análise dos dados e das informações. São apresentadas também as ações previstas a partir da análise desses dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. Para uma melhor compreensão do diagnóstico da instituição, assim como dos avanços e dos desafios a serem enfrentados, deve-se reportar, portanto, ao final de cada dimensão.

Além das ações previstas citadas, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição, há ações mais gerais, também muito importantes que devem ser citadas, compreendendo um plano de ações de melhoria à Instituição. São elas:

- Acompanhamento dos Relatórios dos avaliadores do INEP/MEC, verificando se as fragilidades apontadas nas avaliações de curso foram sanadas.
- Acompanhamento dos conceitos obtidos no ENADE, verificando as principais fragilidades, quando for o caso.
- Solicitar dos gestores o relato das ações realizadas a partir das fragilidades apontadas.
- Fortalecimento do Papel da CPA e maior divulgação junto à comunidade.

A Comissão Própria de Avaliação, após a análise das informações coletadas e processadas referentes aos cinco eixos, elaborou esse relatório parcial, encaminhado à diretoria e ao INEP, que identifica fragilidades e potencialidades da Instituição, assim como apresenta análises, críticas e sugestões. Tais informações merecem ser cuidadosamente examinadas e consideradas nas tomadas de decisão, sempre que pertinentes. Os resultados obtidos também serão divulgados na forma de seminários e colocados no *site* da Instituição. Os eixos 1 e 5 foram analisados detalhadamente no Relatório Parcial de 2015. O eixo 2, 3 e 4 foram analisados detalhadamente no Relatório Parcial de 2016. Assim, o presente relatório e os dois anteriores se complementam, fornecendo assim uma visão global do CEFET/RJ.

O processo de avaliação interna ou autoavaliação, iniciado com a CPA instituída em 2004 e continuado com o empenho da CPA atual, busca contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade por parte da Instituição. Tal processo forneceu uma visão ampla e também detalhada do desempenho do CEFET/RJ no cumprimento de suas funções enquanto Instituição pública na oferta da Educação Superior. Esse retrato da Instituição é fundamental e oferece elementos que podem orientar nas tomadas de decisão. Neste contexto, é essencial o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para validar o processo. Vale observar também que a avaliação não deve ser considerada completa nem definitiva, pois o processo de avaliação interna é um processo cíclico. A continuidade do processo é fundamental para aprofundar os aspectos revelados e verificar a evolução institucional.

Rio de Janeiro, março de 2018.

Comissão Própria de Avaliação



6. Bibliografia Consultada

- AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – CONAES. **Nota Técnica Nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.
- BRASIL – SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, maio de 2012.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2015.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, outubro de 2017.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2014.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, outubro de 2017.
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2004-2006** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2006. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/cpa_2004_2006.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2009** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2009.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2010** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELATORIO-FINAL-CPA-2010.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2011** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2012. Disponível no endereço [http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELFINAL-CPA-11%20\(1\).pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELFINAL-CPA-11%20(1).pdf)
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2012** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2013. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELFINAL-CPA12-.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2013-2014** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2014. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELFINAL-CPA-13-14.pdf

- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional** 2015 –Relatório Parcial. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço [http:// www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELPARCIAL-CPA-15.pdf](http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELPARCIAL-CPA-15.pdf)
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional** 2016 –Relatório Parcial. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço [http:// www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELPARCIAL-CPA-15.pdf](http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELPARCIAL-CPA-15.pdf)
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2005-2009. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2005. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/pdi_2005_2009.pdf
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2010-2014. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/2010_2014/pdi_edicaoPublicada.pdf
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2015-2019. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/pdi_2015_2019.pdf
- CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2015 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016.
- CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2016 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2017.
- CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2017 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2018.
- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>
- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>
- COÊLHO, Ildeu Moreira. **Avaliação institucional na universidade Pública**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v. 2, nº 3, set, 1997.
- CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.
- CURY, A. J. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- DURAM, E. R. e SCHUARTZMAN, S. (Org.) **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 1992.
- FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 6ª. ed., Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.
- IANNONE, L. R. **Avaliação institucional: relato de uma experiência**. In: CAPELLETTI, Isabel (Org.). Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.

- JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades**. Florianópolis, Papa-Livro, 1996.
- LEITE, D., TUTIKIAN, J, HOLZ, N. **Avaliação e Compromisso**. Construção e Prática da Avaliação Institucional em uma Universidade Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22^a. ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- MEC/INEP/SINAES/DAES – **Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2014**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2015.
- MEC/INEP/SINAES/DAES – **Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2016.
- MEC/INEP/SINAES/DAES – **Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2016**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº2/2017/CGCQES/DAES**. (Cálculo do Conceito Enade). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº3/2017/CGCQES/DAES**. (Cálculo do CPC). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.
- MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº4/2017/CGCQES/DAES**. (Cálculo do IGC). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.
- MOREIRA, D. A. (Org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- PICCOLI, C.P, SOUZA, R., DALBON, A.C.S. (Org.) **Autoavaliação Institucional**. Rio Grande: FURG, 2007.
- RAPHAEL, H.S., CARRARA, K. **Avaliação sob Exame**. Campinas: Ed. Autores Associados & FAPESP, 2002.